

Cassações na linha do horizonte

No final da sessão de ontem, por volta da hora do almoço, os senadores Jader Barbalho e Carlos Wilson, presidente e primeiro-secretário do Senado, tinham opiniões semelhantes. O depoimento da dra. Regina Célia Borges, ex-diretora do Prodasen, seria devastador. Ela dispunha de dados e informações para sustentar tudo o que havia dito perante a comissão de sindicância. E assim ocorreu.

Os senadores tendem a acreditar nela tamanha a abundância de detalhes e a confirmação da história escandalosa. José Roberto Arruda pediu, em nome de Antonio Carlos Magalhães, que o painel eletrônico fosse violado. E foi. O computador, com programas modificados, produziu uma lista contendo os votos de cada um dos senadores no episódio da cassação de Luiz Estevão. É o fim dos tempos. O Senado bateu no fundo do poço. Caiu uma importante instituição nacional.

Neste momento é difícil fazer previsões. A tradição da Casa era a da negociação e da transigência. Há mais de um ano, desde que se instalou a controvérsia pesada entre ACM e Jader Barbalho, a atmosfera se modificou. Todos os dias o plenário tem sido palco de brigas de bom tamanho. Xingamentos de parte a parte. Agora a instituição foi devassada. Foi colocada a nu. Funcionários foram constrangidos a abrir o sigilo de senadores.

O envio do processo ao corregedor do Senado, senador Romem Tuma (PFL-SP), é manobra para protelar decisões. Criou-se mais uma instância antes do Conselho de Ética começar a trabalhar. A decisão apenas prolonga a agonia. Os dados são conhecidos não apenas do público, mas dos procuradores. Afinal de contas, o senador Antonio Carlos Magalhães disse a eles, pessoalmente, que tinha a lista com os votos no episódio da cassação de Luiz Estevão. Foi muito claro.

O processo está instaurado. Arruda poderá persistir na sua política de negar tudo. É um caminho. As evidências não o auxiliam.

E a construção de sucessivos álibis repousa na aceitação por terceiros. No caso Collor houve um motorista que abriu o jogo. E contribuiu para derrubar o presidente da República. Pode haver outro na investigação atual. Se houver, o ex-líder do governo estará no chão. Ele depende demais de outros depoimentos. Já está sob forte suspeição.

Previsão de senadores não envolvidos no assunto é a de que Arruda poderá ser cassado. Antonio Carlos Magalhães também. Se isso ocorrer, o processo vai alcançar outros acusados. Nomeadamente Jader Barbalho. Ou, ao contrário, haveria um grande acordo interno para não se falar mais no assunto. Seriam punidos apenas os funcionários que participaram da violação do painel eletrônico. As duas operações são extremamente complexas. Não há final fácil. Algumas lideranças vão, simplesmente, desaparecer. Há senadores muito irritados. Eles querem resgatar a dignidade da Casa. Não querem entendimento nenhum. A propósito, a lista sumiu.

MALDIÇÃO

O Distrito Federal não é uma unidade da Federação. É a sede do governo da República. Não deveria ter senadores, assim como Washington não os tem. Mas no caso brasileiro o entendimento foi tratar o DF como estado. E três senadores representam a capital no Senado.

Há, contudo, uma maldição. Um foi cassado, Luiz Estevão, outro está sob forte constrangimento e ameaça de cassação, José Roberto Arruda, e o terceiro brigou com seu partido e não responde mais a nenhuma sigla, Lauro Campos, que era do PT. O suplente de Estevão, Valmir Amaral, embora esteja na Casa há quase um ano, ainda não disse a que veio.

Entre os candidatos ao governo do Distrito Federal Paulo Octávio ganhou muito. Na corrida para o Buriti restaram ele, o candidato do PT e o governador Roriz. Luiz Estevão está fora e Arruda recebeu um tiro abaixo da linha d'água. Pode afundar.

